

A INFLUÊNCIA DOS PERCURSOS PERCORRIDOS PELA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL NA PRODUÇÃO NACIONAL DE INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS

Felipe Echevarria (UFSM)

Eliana Rosa Sturza (UFSM)

Resumo: Sob a perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas, o presente artigo apresenta os processos pelos quais a língua portuguesa passou até se firmar como língua nacional do Brasil e ser incluída como disciplina escolar nas escolas brasileiras. Também apresentamos a importância das gramáticas e dicionários feitos por autores brasileiros como forma de consolidar um sentimento de nacionalidade e como uma maneira do país ter uma gramática brasileira. Observamos que o processo de institucionalização da língua portuguesa no Brasil foi longo, pois ao chegar ao país o português deparou-se com outras línguas e disputou espaço com elas até consolidar-se como língua nacional e, como possível resultado do presente trabalho, compreendemos que o longo tempo de duração desses percursos fez com que a produção nacional de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) distintos dos de Portugal fosse tardia.

Palavras-chave: dicionário; gramatização; História das Ideias Linguísticas; língua portuguesa; língua nacional.

Resumen: Bajo la perspectiva teórica de la Historia de las Ideas Lingüísticas, el presente artículo desarrolla los procesos por los cuales la lengua portuguesa transitó hasta constituirse como lengua nacional de Brasil y, posteriormente, ser incluida como asignatura escolar en las escuelas brasileñas. También presentamos la importancia de las gramáticas y diccionarios hechos por autores brasileños como forma de consolidar un sentimiento de nacionalidad y como una manera de tener una gramática brasileña. Observamos que el proceso de institucionalización de la lengua portuguesa en Brasil fue largo, pues al llegar al país el portugués se encontró con otras lenguas y disputó espacio con ellas hasta consolidarse como lengua nacional. Como posible resultado del presente trabajo, entendemos que el largo tiempo de duración de estos caminos motivó que la producción nacional de instrumentos lingüísticos (gramáticas y diccionarios), distintos de los de Portugal, fuera tardía.

Palabras-claves: diccionario; gramatización, Historia de las Ideas Lingüísticas; lengua portuguesa; lengua nacional.

1. Os caminhos percorridos pela língua portuguesa até tornar-se língua nacional do Brasil

Atualmente, a língua portuguesa¹ é a língua materna de quase toda a população brasileira. Não era essa a situação, entretanto, durante os primeiros séculos de colonização do Brasil. Pensar que o português passou a ser língua nacional do país a partir do momento em que os colonizadores portugueses se instalaram em terras brasileiras significa desconhecer os vários processos pelos quais a língua portuguesa percorreu até se constituir como língua nacional. Além disso, a língua portuguesa também passou por processos a longo prazo até se tornar disciplina escolar, assim como também foi um longo percurso para que o Brasil produzisse seus próprios instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas) que fossem distintos dos de Portugal. Teria o longo tempo de duração desses percursos feitos pela língua portuguesa até sua consolidação como língua nacional e disciplina escolar influenciado a “tardia” produção nacional de gramáticas e dicionários? Essa é a questão que nos motiva e que é também o objetivo do presente trabalho.

O processo pelo qual a língua portuguesa passou até se consolidar como língua nacional e disciplina escolar é composto por fases e momentos históricos. Antes de elucidarmos esses momentos, trazemos uma rápida explicação sobre o que é língua nacional. Segundo Hobsbawn (1990), para o Dicionário da Real Academia Espanhola, a língua nacional é a língua oficial e literária de um país e, à diferença de dialetos e línguas de outras nações, é a língua geralmente falada. De acordo com Guimarães (2007), a língua nacional está ligada à identidade de seus falantes, produzida por meio de um imaginário de unidade da língua. Guimarães (2005b) elucida que a língua é constitutiva da formação do Estado/Nação e do pertencimento de um povo a este, sendo que é esta relação com a língua nacional que constrói a identidade do sujeito, pois é nessa organização política que o sujeito está inserido. A língua nacional também dá ao sujeito um sentimento de pertença. Trazemos como exemplo o Brasil: o sujeito ao falar português se constitui e se determina como cidadão brasileiro. É na língua nacional que o sujeito se determina,

¹ No presente trabalho, faz-se uso indiscriminado dos termos *língua portuguesa* e *português*.

pelos seus modos de dizer. É ela que regula as relações com as outras línguas que dividem o espaço de enunciação e determinam as identidades sociais que os constituem. Entendemos que espaço de enunciação é algo que vai além de espaços geográficos e delimitações territoriais. É também um espaço político, marcado por disputas pelas palavras e pelas línguas, sendo que “político”, nesse caso, entende-se como o “conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento” (GUIMARÃES, 2005b, p. 16). Para Tatsch (2013), o espaço de enunciação “Não é um espaço apenas topográfico, mas é um espaço de disputas pela palavra e, em certo modo, pelos sentidos” (p. 211).

Segundo Luchesi (2008), hoje a língua portuguesa é a língua materna de mais de 99% da população brasileira e sua hegemonia como língua nacional é incontestável. Entretanto, a situação era bastante diferente nos primeiros séculos da colonização do Brasil, período em que o país experimentava uma situação de “multilinguismo generalizado”. No que tange à questão de como o português veio a ser a língua nacional do Brasil, entendemos que o processo para que isso ocorresse é relativamente longo, visto que ao chegar a terras brasileiras, os colonizadores portugueses se depararam com outras línguas já existentes no Brasil. Percebe-se, dessa forma, que a língua portuguesa passou por diversos espaços de comunicação até sua nacionalização.

[...] a história da implantação do português como língua nacional e como marca identitária envolveu não apenas o estabelecimento de um diálogo com Portugal, antiga metrópole colonial, como a relação com os diferentes grupos humanos, culturais e étnicos no território nacional. A história da nacionalização da língua portuguesa no Brasil, além do reconhecimento de suas peculiaridades fonéticas, gramaticais e vocabulares diante do português europeu, supôs o tratamento de inúmeras outras línguas – indígenas, africanas, européias, asiáticas – e não raro o seu confronto (LIMA, 2008, p.11).

Segundo Orlandi (2001), o descobrimento do Brasil ocorreu em 1500, mas somente em 1532 sua colonização começou de maneira efetiva com a instalação dos portugueses no país. Assim, a língua portuguesa, passou a ser falada em um novo espaço-tempo. A partir disso, a autora distingue quatro momentos importantes (de 1532 até o fim do século XIX) pelos quais o português passou até obter sua consolidação como língua nacional do Brasil.

O primeiro momento iniciou com a colonização e durou até a expulsão dos holandeses em 1654.

Durante este período a língua portuguesa é falada por um pequeno número de pessoas, notadamente por letrados, grandes proprietários de terras (os Senhores de Engenho) e uma pequena minoria de funcionários. As línguas dos Índios predominam então com o uso de uma espécie de língua franca, a 'língua geral' falada pela maioria da população. Os contatos entre Índios de diferentes tribos e Portugueses são feitos pela língua geral (ORLANDI, 2001, p. 22).

Para Mariani (2004), "a língua portuguesa era a língua da elite administrativa, das autoridades jurídicas e eclesiásticas, dos donatários das capitanias hereditárias e, nessa medida, compartilhada com a corte" (p. 21). Porém, o português não era a única língua falada na colônia e não se pode afirmar que era a mais importante em muitos espaços de comunicação existentes. A colonização portuguesa e outros projetos coloniais como o dos holandeses passaram a concorrer, de modo que os projetos holandeses entraram em conflito linguístico com o português. Ainda assim, no decorrer deste período, o português foi usado em documentos oficiais e ensinado nas escolas católicas, em especial as jesuíticas, desta forma aparecendo como língua de Estado. Porém, havia uma forte predominância de índios e negros ao lado da população europeia, e essas populações falavam a língua geral.

O segundo momento ocorreu entre 1654 e 1808, data da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Com a expulsão dos holandeses e o aumento da ação colonizadora dos portugueses no Brasil, cresceu ao mesmo tempo o número de portugueses no país e o número dos falantes de português. Desta forma, a relação entre o português, língua de colonização, e as diferentes línguas faladas no Brasil, foi modificada. Essa mudança deve-se não só à chegada de portugueses, mas também dos negros devido ao desenvolvimento da escravidão no Brasil. "À medida que aumenta a escravidão aumentam também os contatos entre os locutores das línguas africanas e os que falam o português" (ORLANDI, 2001, p. 22). Além disso, os portugueses que chegavam ao Brasil vinham de regiões distintas de Portugal, de forma que uma grande variedade regional de falares portugueses passaram a dividir o mesmo espaço de comunicação no Brasil. De acordo com Teyssier (2007), "o português europeu, o índio e o negro constituem, durante o período colonial, as três bases da população brasileira" (p. 93-94). Com o português sendo cada vez mais falado pela população brasileira, conseqüentemente ocorreu uma diminuição do uso

das línguas francas de base indígena (a língua geral).

O terceiro momento se deu com a chegada da família real portuguesa no Brasil, terminando em 1826, data em que a questão do português como língua nacional no Brasil é oficialmente formulada. 15.000 portugueses se deslocam para a nova sede da coroa portuguesa com a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

A vinda da família real terá dois efeitos importantes. O primeiro deles é um aumento, em curto espaço de tempo, da população portuguesa no Brasil. Chegaram ao Rio de Janeiro em torno de 15 mil portugueses. O segundo é a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império que traz novos aspectos para as relações sociais em território brasileiro, e isto inclui também a questão da língua. Logo de início Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira, e dando à língua portuguesa aqui um instrumento direto de circulação, a imprensa (GUIMARÃES, 2005a, p. 24).

Em 1826, iniciou o quarto momento, quatro anos depois da Independência do Brasil, ocorrida em 1822. Segundo Orlandi (2001), novas leis e propostas foram criadas, contribuindo assim para consolidação do português como língua oficial do Brasil. Em 1826, foi elaborada uma proposta por um deputado, a qual propunha que os diplomas médicos no Brasil fossem redigidos em linguagem brasileira. No ano seguinte, uma lei estabeleceu que os professores deveriam utilizar a gramática da língua nacional para ensinar os alunos a ler e a escrever.

O que se notou no Brasil foi uma crescente expansão do português após meados do século XVIII, resultantes de mudanças desencadeadas pela transferência da Corte e da ampliação da escolarização a partir do século XIX. A partir de então, poder-se-ia dizer que estava formada uma língua portuguesa do Brasil, com suas características peculiares, adquiridas e desenvolvidas ao longo dos séculos, a partir de uma base língua portuguesa, trazida pelos colonizadores, adquirida como segunda língua por milhões de africanos e por povos indígenas, e em permanente evolução através da transmissão e contato linguísticos (MELLO, 2008, p. 308-309)

Para Lima (2008), a língua brasileira ou nacional passou a ser vinculada à civilidade e ao sentimento de “não ser selvagem”. O índio, por exemplo, era visto como não civilizado, portanto era imposto a ele deixar de falar as línguas gerais e passar a falar o português. Nesse cenário de formação da língua nacional, podemos perceber, de acordo com Mello (2008), a morte das línguas africanas para cá transplantadas e o decréscimo substancial do número de línguas indígenas, ao lado do firme estabelecimento do português como língua absolutamente majoritária no Brasil. Foi necessário que falantes de línguas indígenas e africanas, assim como

seus descendentes, abandonassem suas primeiras línguas e adotassem o português como sua língua veicular em um processo a longo prazo. O contato entre o português adquirido como segunda língua e o português falado pelos colonizadores foi se consolidando e mesclando, de tal forma que assegurou traços característicos ao português brasileiro vernáculo.

2. A institucionalização da língua portuguesa como disciplina escolar nas escolas brasileiras

Durante todo esse processo histórico que a língua portuguesa passou até obter sua consolidação como língua nacional, ela também teve de enfrentar um longo percurso até ser incluída como disciplina escolar nas escolas brasileiras. Para Bunzen (2011), no início do século XVI, a educação tinha como base a tradição oral e era “ligada às necessidades de cada grupo: aprendia-se por meio da observação e do trabalho coletivo” (p. 888). Porém, logo após o descobrimento do Brasil, esse contexto de educação não formal passou a se modificar, pois crianças indígenas e alguns filhos dos homens da elite passaram a conviver e assim deu-se início a um processo de educação formal. No Brasil colonial, a língua portuguesa não fazia parte do currículo escolar e nem do próprio intercuro social, de certa forma. De acordo com Soares (2002), nessa época existia uma convivência entre o português, a língua geral (prevalente no cotidiano e provinda de línguas do tronco tupi).

O português era aprendido na escola não como componente curricular, mas como instrumento para a alfabetização. Desta passava-se direto ao latim, que fundamentava as práticas, no ensino secundário e superior, para o estudo da gramática latina e da retórica (com base em autores latinos e em Aristóteles) (PIETRI, 2010, p. 73).

A educação, nessa época, parecia ter também um viés religioso, pois algumas crianças indígenas e mamelucos, frequentavam três ou quatro horas na escola para aprender, dentre vários ensinamentos, doutrinas religiosas e ler, escrever e contar, com o intuito de transformarem-se em “um povo agradável a Cristo”, segundo palavras do padre José de Anchieta. De acordo com Bunzen (2005), a educação jesuítica ocorreu de forma intensa entre 1549-1570, pois as ideias pedagógicas do Padre Manuel da Nóbrega visavam formar um número maior de adeptos do catolicismo na colônia. Para atingir tal fim, fez-se necessário o ensino

oral do português. Os evangelizadores tiveram que aprender as línguas indígenas através do convívio e contato com os índios. Além de religiosos, também tinham fins mercantilistas e apostavam nas crianças para conseguir tais fins.

Os jesuítas, inicialmente, usaram intérpretes até para a confissão. Eles ensinavam o catecismo com a ajuda de intérpretes e, na hora de confessar, o índio contava seu pecado para o intérprete, e o intérprete contava para o padre, gerando um verdadeiro um rolo [...] Os jesuítas sabiam que precisavam de uma língua e apostaram no português. Não por um sentimento nacionalista, pois nos reinos dinásticos não havia essa preocupação [...] Portugal queria evangelizar, catequizar, comercializar, ganhar dinheiro. Os jesuítas, por exemplo, perceberam o que hoje qualquer curso de ensino de línguas sabe: uma criança com sete anos tem mais facilidade para aprender uma segunda língua do que qualquer adulto. Eles passaram então, a apostar nas crianças (FREIRE, 2008, p. 136).

Neste contexto, em que o português europeu não era a língua falada no dia a dia de todas as capitanias, o currículo voltava-se para a gramática e literatura das línguas clássicas. Segundo Bunzen (2005), os alunos do ensino secundário liam textos clássicos em latim e grego e exigia-se que o professor falasse sempre em latim e os exercícios escolares também tinham que ser escritos nessa língua. Os colégios fundados pelos jesuítas no Brasil ministravam disciplinas com destaque para as chamadas “línguas clássicas”, de modo que as línguas vernáculas não tinham espaço nos colégios; por isso o latim (uma língua estrangeira) era utilizado como uma das línguas preferenciais para o ensino em geral. Além disso, o latim se sobrepunha à língua vernácula, uma vez que, até o fim da Idade Média, o latim era a língua utilizada para escrever na Europa.

Na segunda metade do século XVIII, as reformas pombalinas, com o objetivo de garantir o poder sobre as colônias, intervêm nas condições de constituição da disciplina, ao tornar obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil e proibir o uso de outras línguas (PIETRI, 2010, p. 73).

Nos séculos XVI e XVII, defendia-se a importância do ensino de português nas escolas e da criação de uma disciplina escolar para o vernáculo no ensino superior. Conforme Soares (2002), já no século XVIII, a língua portuguesa disputava espaço com o latim. Em um primeiro momento, seguiu a tradição do latim, mas com enfoque na gramática do português. É justamente no século XVIII que entraram em ação as reformas implantadas por Marquês de Pombal. Angelo (2005) comenta as contribuições dessas reformas para a consolidação da língua portuguesa no Brasil.

Somente com as reformas que o Marquês de Pombal implantou em Portugal e suas colônias nos anos 50 do século XVIII é que se tornou obrigatório o uso da língua portuguesa, ficando proibida a utilização de quaisquer outras línguas. Embora haja controvérsias em relação às repercussões dessas reformas, é inegável [...] a significativa contribuição de suas medidas para a consolidação da língua portuguesa no Brasil e para a sua inclusão e valorização na escola (p. 26).

Para a autora, com as reformas pombalinas, os alunos das escolas brasileiras passaram a aprender a ler e a escrever em português. Também foi introduzido o estudo da gramática portuguesa ao lado da gramática do latim, que já tinha seu lugar como componente curricular. Tudo isso contribuiu para que a gramática portuguesa fosse ganhando cada vez mais força no Brasil, diminuindo, assim, o uso do latim.

Já nas décadas finais do século XIX, fim do Império, as disciplinas que compunham o ensino da língua portuguesa foram a retórica, a poética e a gramática, fundidas numa só disciplina: o português. Razzini (2000) ressalta que o ensino do vernáculo continuou durante quase todo o século XIX ainda dependente do ensino do latim. Em 1838, a língua nacional apareceu como objeto de ensino principal das aulas de Gramática Nacional.

Chegando ao século XX, já nas primeiras quatro décadas, conforme Soares (2002), o ensino de latim perdeu valor, contribuindo assim para a autonomia do ensino da gramática do português. Para Faraco (2007), na década de 40 do século XX percebe-se um movimento de afirmação de ensino de língua materna voltado para um sentimento nacionalista. Dessa forma, intensificou-se o trabalho com a língua literária e o respeito pelo patrimônio nacional em contraposição às ameaças estrangeiras. Já na década de 50, houve uma democratização no acesso à escola, de modo que camadas sociais menos privilegiadas passaram a frequentar as escolas, prerrogativa essa que antes pertencia somente às elites.

3. A produção nacional de gramáticas e dicionários

Nesses longos percursos que a língua portuguesa passou até firmar-se como língua nacional do Brasil e ter sua inclusão como disciplina escolar nas escolas do país, percebe-se que se buscou, também, um *status* de *português brasileiro*. O sentimento de nacionalidade manifestou-se também na produção nacional de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) que eram feitos por autores

brasileiros. Nesse momento, segundo Orlandi (2009), as gramáticas eram feitas por autores brasileiros para brasileiros, de maneira que o cidadão brasileiro não precisava mais recorrer às gramáticas de Portugal para esclarecer suas dúvidas sobre a língua portuguesa.

A gramática e o dicionário, de acordo com Auroux (1992), são duas tecnologias que até hoje são os pilares do saber metalinguístico. A gramática não é apenas uma descrição da linguagem; é também um instrumento linguístico. Para Nunes (2008), gramáticas e dicionários são considerados como instrumentos linguísticos sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas (HIL) e também têm sido estudados como objetos discursivos, assim como as normas e manuais. Segundo Guimarães (1996), estudar as ideias linguísticas no Brasil “tem entre seus objetivos abordar a produção de tecnologias como dicionários e gramáticas que se fazem no Brasil desde o século XVI” (p. 127). O advento da gramatização traz vantagens para as línguas, pois “Uma língua ‘gramatizada’ é uma língua instrumentada que dispõe de referências e normas” (AUROUX, 1992, p. 126). Gramatização, para o autor, é o “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (p. 65).

No caso específico do Brasil, a gramatização inicialmente ocorre com a descrição e tentativa de apreensão – ou seja, na instrumentalização – dos idiomas nativos, com interesses essencialmente práticos e eclesiásticos. A primeira iniciativa de análise linguística no Brasil foi o da gramatização de uma língua indígena, com fins de evangelização (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001). O Brasil, antes de possuir uma gramática brasileira, fazia uso da gramática portuguesa, enquanto esteve sob o domínio de Portugal. De acordo com Mariani (2004), do século XVI ao XVIII, Portugal colocou em ação, no Brasil, o que a autora chama de colonização linguística, processo que teve seu apogeu na promulgação do édito real de autoria de Marquês de Pombal, em 1759. Devido a esse decreto, o ensino das línguas indígenas nas escolas dos jesuítas foi proibido e assim foi imposto o ensino do português. Assim, esse ato político-jurídico do Estado português institucionalizou, no Brasil, a língua portuguesa com sua memória de filiação ao latim.

As mudanças no âmbito político ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XIX, trouxeram condições apropriadas para a produção de saber sobre a língua portuguesa a partir de uma posição-sujeito gramático brasileiro, definida como

lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de apropriação (autoria) dessa língua. Essas mudanças foram de extrema importância para o surgimento de uma gramática brasileira e distinta da gramática de Portugal. A busca por uma identidade própria do português falado no Brasil para assim diferenciar-se do português falado em Portugal gerou novas gramáticas escritas por autores brasileiros, reforçando, assim, a identidade nacional. Para Sobrinho (2008), a partir desse momento, colocou-se para os gramáticos e lexicólogos a questão do português brasileiro. O processo de gramatização da língua portuguesa teve relação com a formação da identidade nacional, da construção da língua nacional e isso resultou na constituição de um sujeito nacional brasileiro com sua língua própria, língua que ganha visibilidade na gramática e no dicionário.

[...] o processo de gramatização do português do Brasil, passado o período das anotações de diários e relatos de viagens, da incorporação de brasileirismos nas gramáticas portuguesas, concretiza-se com a autoria brasileira na produção de instrumentos linguísticos, quando se publicam Gramáticas, Dicionários e Vocabulários de autores brasileiros, no século XIX, logo após a Independência do Brasil (AUTOR, 2006, p. 01).

Já o dicionário constitui-se como importante instrumento linguístico, resultante da revolução tecnológica na área dos estudos da linguagem. Nesse sentido, Auroux (1992), afirma que “uma gramática dá procedimentos gerais para engendrar/decompor enunciados, enquanto o dicionário fornece os itens que se trata de arranjar/interpretar segundo este procedimento” (p. 71). Dessa forma, na gramática têm-se as regras, as normas, e no dicionário tem-se a representação dessa normatização e dessa gramatização. Ainda para o autor, o sujeito, mesmo com suas competências linguísticas, não domina a grande quantidade de palavras que constam em dicionários monolíngues que passaram a ser produzidos a partir do Renascimento, daí a importância do dicionário.

A partir da perspectiva da Análise do Discurso (AD) e da HIL, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente acerca das palavras ou acerca de um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas. Para a AD, o dicionário é considerado um “objeto discursivo”, o que significa que o dicionário é um espaço de circulação de saberes, mantendo e ao mesmo tempo atualizando sentidos, construindo assim a relação entre língua e saber linguístico, sentidos esses que, para Petri (2010), “estão dentro e fora do

dicionário” (p. 25). É também um instrumento histórico que se constituiu em uma materialidade discursiva e nele é possível “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p.11).

A história dos dicionários no Brasil está diretamente ligada com a colonização. Os primeiros saberes lexicográficos produzidos no país foram comentários sobre as significações de palavras de origem indígena e listas de palavras português-Tupi e Tupi-português. Essas listas de palavras originaram os primeiros dicionários do Brasil, que foram dicionários bilíngues português-Tupi produzidos pelos missionários jesuítas dos séculos XVI ao XVIII. A produção desses dicionários tinha basicamente dois interesses: o conhecimento da língua indígena e a catequização dos índios. Por esse motivo, os primeiros instrumentos linguísticos produzidos no Brasil possuíam discurso religioso e eram usados como instrumento também de colonização. Nesse sentido, Ferreira (2010) elucida que

Os primeiros dicionários brasileiros são bilíngues português-tupi, elaborados pelos jesuítas nos séculos XVI-XVII. Antes disso, porém, há uma produção de relatos de viajantes e missionários que pode ser considerada precursora das práticas lexicográficas. Nessa produção há palavras indígenas que são transcritas, comentadas, explicadas, dispostas em listas temáticas. Os comentários de viajantes se direcionam para as coisas do Novo Mundo, de maneira que a questão da referência torna-se importante. Ao descrever as novidades do país, esses falantes colocam em evidência os referentes. Fala-se de lugares, animais, plantas, nunca vistos (embora já nomeados pelos indígenas); fala-se de coisas não idênticas, mas semelhantes; constata-se a existência ou inexistência de coisas. Assim, a forma como eram organizados os espaços lexicais está relacionada com a geografia e a economia, com os interesses de conquista e de comércio. Nessa fase se inclui, então, a elaboração de listas de palavras com comentários ou explicações (p. 267).

No momento em que o Brasil passou a produzir seus próprios dicionários, o país passa a ganhar autonomia no que diz respeito à gramática brasileira. Esse fato também marcou uma época em que o Brasil buscava desvencilhar-se de Portugal e encontrar uma identidade própria, reforçando assim os sentimentos nacionalistas. Esse sentimento de nacionalidade se materializa nas gramáticas e dicionários produzidos por autores brasileiros, o que Orlandi (2009) define como um processo de descolonização linguística.

É pertinente lembrarmos que o Brasil é um país de colonização e que os dicionários de Portugal, foram ‘emprestados’, ao mesmo tempo em que se iniciava uma produção local, a começar por A. Coruja (1852) e B. da C. Rubim (1853). Para

Branco (2013)

Os instrumentos linguísticos ajudam na constituição da língua nacional porque configuram um imaginário de língua dentro de seu espaço (a nação) e, assim, institucionalizam a relação dos sujeitos com a língua [...] (p. 3).

Assim, passaram a surgir os primeiros dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. A produção desses dicionários reforça a gramática brasileira e os chamados “brasileirismos”, ou seja, as palavras que tomam significações específicas no Brasil. No século XIX, já se constituía uma lexicografia brasileira de língua nacional, construída por toda essa produção de dicionários parciais e de complemento. Todavia, é somente no século XX que surgiram os primeiros grandes e importantes dicionários monolíngues brasileiros de língua portuguesa. De acordo com Krieger et al (2006), a consolidação da lexicografia brasileira acontece na segunda metade do século XX. Os dicionários brasileiros, nesse período, passam a ser mais utilizados que os dicionários portugueses e já traziam uma distinção entre a língua portuguesa e a “língua brasileira”, visto que em cada país se utilizam dicionários específicos.

O dicionário, então, após tantas etapas, consolida-se como um importante instrumento linguístico, resultado da revolução tecnológica dos estudos da Linguagem. É um espaço onde não apenas constam definições de palavras; também se designam sujeitos, apresenta-se um discurso sobre a língua, permite-se ao sujeito ter contato e interagir com línguas estrangeiras e, dentro da própria língua materna, dar ao sujeito esclarecimentos em relação a dúvidas lexicais e sobre como elaborar uma enunciação. No Brasil, à medida que a elaboração de dicionários próprios da língua portuguesa passou a ganhar força, os dicionários portugueses foram cada vez menos usados, intensificando assim uma produção local. É justamente dentro dessa produção local, que foi gradativamente ficando mais forte, que se percebe o quão plural e multilíngue é a realidade do Brasil.

4. Considerações finais

Através de uma pesquisa bibliográfica dentro da perspectiva teórico-metodológica da HIL, apresentamos os processos pelos quais a língua portuguesa passou até tornar-se a língua nacional do Brasil e disciplina escolar das escolas do

país. Também elucidamos o momento em que Brasil começa a se tornar linguisticamente independente de Portugal e passa a investir na produção nacional instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários). Após refletir sobre essas questões, surge a seguinte indagação: o longo tempo de duração desses percursos feitos pela língua portuguesa até sua consolidação como língua nacional e disciplina escolar teria influenciado a “tardia” produção nacional de suas próprias gramáticas e dicionários? Como possível resultado, levantamos a hipótese de que todos esses processos vividos pelo português estão interligados, de maneira que um influencia o outro. Se a consolidação da língua portuguesa como língua nacional do Brasil e disciplina escolar das escolas brasileiras foi “tardia” e obteve sua consolidação somente no século XX, possivelmente “tardia” também foi a produção nacional de instrumentos linguísticos, visto que o país, antes de possuir sua própria gramática, fazia uso da gramática de Portugal, enquanto foi dominado por ele, nesse período de colonização linguística, que durou do século XVI ao XVIII. Foi apenas no século XIX que percebemos que a produção nacional de instrumentos linguísticos se intensifica e somente no século XX é que os dicionários brasileiros passaram a ser mais utilizados que os dicionários portugueses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

ANGELO, G. **Revisitando o ensino tradicional de língua portuguesa**. 2005. 265 f. Tese (doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

BRANCO, N. L. O funcionamento da noção de língua em dicionários. In: **VI Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, 2013, Porto Alegre. Anais do VI SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2013. v. 6. p. 1-6.

BUNZEN, C. **A fabricação da disciplina escolar Português**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 11, n. 34, p. 885-911, set./dez. 2011.

FARACO, C. A. Por uma pedagogia da variação lingüística. In: CORREA, D. A. (Org.). **A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2007.

FERREIRA, V. R. S. Produção de dicionários contemporâneos com línguas em contato: o caso do português e das línguas indígenas brasileiras. In: Aparecida Negri Isquerdo; Lídia Almeida Barros. (Org.). **As Ciências do Léxico. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. Campo Grande: UFMS, 2010, v. V, p. 267-275.

FREIRE, J. R. B. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: **História social da língua nacional** / Organizadoras: Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; 2008.

GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. In: **Ciência e Cultura**. vol.57 nº.2. São Paulo Abril/Junho 2005a.

_____. Política de Línguas na Linguística Brasileira- Da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005b.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.) **Língua e cidadania**: O Português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KRIEGER, M da G. et al. **O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil**. São Paulo: Revista Alfa, 50, 2006.

LIMA, I. S. Língua nacional: histórias de um velho surrão. In: **História social da língua nacional** / Organizadoras: Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; 2008.

LUCCHESI, D. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: **História social da língua nacional** / Organizadoras: Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; 2008.

MARIANI, B. **Colonização linguística**. Campinas - SP; Pontes 2004.

MELLO, H. Modelos de formação da língua nacional sob a perspectiva do contato de populações. In: **História social da língua nacional** / Organizadoras: Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; 2008.

NUNES, José Horta. Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngues no Brasil. In: **História social da língua nacional** / Organizadoras: Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa; 2008.

_____. As palavras, o espaço e a língua: o vocabulário pernambucano. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 12, p. 43-56, 2006.

ORLANDI, E. P. **História das idéias linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional/ organizadora: Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009.

ORLANDI, E. P; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni Pucinelli (Org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001. p. 21-38.

PETRI, V. **Um outro olhar sobre o dicionário**: a produção de sentidos. Santa Maria: UFSM, PPGL Editores, 2010.

PIETRI, É. de. Sobre a constituição da disciplina curricular de língua portuguesa. In: **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 43. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RAZZINI, M. de P. G. **O espelho da nação**: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SOARES, M. **Português na escola**: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

SOBRINHO, J. S. A língua é o que nos une: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa. In: **Anais do Seta**, Volume 2, UNICAMP, Universidade de Campinas; SP, 2008.

STURZA, E. R. **Vocabulário sul-rio-grandense**: De Instrumento Linguístico à Constituição de um Discurso Fundador. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas: Pontes Editores, 2006. (Letras e Instrumentos Linguísticos, n. 18, p. 101-121, jul./dez.2006).

TATSCH, J. **O funcionamento semântico-enunciativo da língua espanhola nas tiras do Tapejara**: uma representação da linguagem gauchesca. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras/UFSM, 2013..

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. 3ª Ed, São Paulo: Martins Fontes, 2007.